

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MADELAINE SILVA

PFL: ASCENSÃO, GOVERNISMO E DECLÍNIO POLÍTICO

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MADELAINE SILVA

PFL: ASCENSÃO, GOVERNISMO E DECLÍNIO POLÍTICO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. M.e. Luiz Domingos Costa.

CURITIBA
2015

*Nona, nono, vó...
tudo ainda está dando certo.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo apoio incondicional e em tempo integral. Não haverá palavra ou linha que descreva minha gratidão por mais esta etapa por nós superada. Tudo é teu, mãe.

Ao meu pai, por sua perseverança incomensurável. Repito: se ideais e princípios fossem hereditários, boa parte do que sou estaria então justificada por seus genes.

Ao professor Luiz Domingos Costa, por toda a dedicação em fazer deste trabalho aquilo que hoje é e por cada hora de aula inspiradora. Sem ter tido a sorte de tê-lo como professor, não seria nem a sombra da professora que ousarei ser.

Aos meus amigos, por aqueles que já foram amigos e por aqueles que bravamente resistem nesta árdua tarefa de dividirem a vida comigo. De forma especial, agradeço a Henrique Pellini, Matheus Fernandes de Jesus e, “nossa última aquisição”, Priscila Drozdek Alcântara. Todos os sábados com vocês foram os melhores sábados que eu poderia ter.

À Monalisa Fernandes, pela dedicação e por esforçar-se para entender cada linha. Sem sua contribuição este trabalho não seria nem de longe aquilo que é hoje.

E, por fim, ao meu herói de ontem, de hoje e de sempre, Rafael Ferraz Catramby, a quem agradeço pela vida, pelo Universo e tudo mais.

[...] a grande revolução a se realizar neste País é a da liberdade da iniciativa em todos os planos - no político, no social e no econômico. É preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de nossa diversidade.

Art. 4, ideário do PFL.

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objetivo analisar o processo de fundação do Partido da Frente Liberal, a sua refundação sob o nome de Democratas e a inserção do Partido na região Nordeste do país. Através deste estudo destacam-se pontos que justificam o viés governista do PFL e o decorrente reposicionamento da legenda no espectro político após o Partido ser lançado, de forma inédita em sua história, na oposição ao partido de governo.

Palavras-chave: Partido da Frente Liberal; Democratas; Governismo; Eleições.

ABSTRACT

The objective of this studywork is to analyse the foundation process of the Frente Liberal Political Party, such as its refoundation, now named Democrats Political Party, and the insertion of the party in the Northeast area of the country. Through this studywork, the points that justify the ruling party profile of the FLP are stood out, as well as the repositioning of the legend in the political scenario after the party release, for the first time in its history, as a Government opposition party.

Key-words: Frente Liberal Political Party; Democrats; Governism; Elections.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS E QUE DEIXARAM O PFL NA REGIÃO NORDESTE – 2003 – 2007	23
TABELA 2 –	RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, GERAL E POR SEGMENTOS NO PERÍODO DE 2000 – 2008	25
TABELA 3 –	DESEMPENHO RELATIVO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2000 – 2008	27

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – BANCADA NORDESTINA DO PFL/DEM NA CÂMARA DOS DEPUTADOS – 1998 – 2014	21
GRÁFICO 2 – GRÁFICO 2 – DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELO PFL-DEM NO PERÍODO DE 1998 – 2014	30

LISTA DE SIGLAS

PFL	Partido da Frente Liberal
DEM	Democratas
PDS	Partido Democrático Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
PDC	Partido Democrata Cristão
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A FUNDAÇÃO E REFUNDAÇÃO DO PFL	14
2.1	A INSERÇÃO NO NORDESTE	19
3	GOVERNISMO	24
4	O DECLÍNIO POLÍTICO	29
5	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória político-eleitoral do Partido da Frente Liberal. Especificamente, procura explorar a) sua inserção na região Nordeste, onde foi consolidado seu reduto político; b) seu viés governista; e, por fim, c) a consolidação de sua decadência política, motivada tanto por seu distanciamento do partido de governo quanto pela mudança de seu nome, em 2007, para Democratas.

Pretende-se explorar, assentando em dados coletados a partir da Câmara e da obra de Ribeiro, as causas para o declínio político que o Partido vem apresentando desde o pleito de 2002, sobretudo em seu berço político, o, conforme dito, Nordeste.

No primeiro capítulo, observando os dados levantados por Cavicchini, Cobernelinni, Mayer, Ribeiro, Lavareda e ainda com levantamentos de dados feitos a partir dos números disponibilizados pela Câmara, pretende-se expor, através da constituição histórica do Partido. Por conseguinte, ainda nesta mesma seção, como se consolidou a formação do seu reduto político no Nordeste, a partir de considerações a respeito dos resultados partidários nas eleições de 1998 a 2014.

Já no segundo capítulo, a partir do trabalho de Ribeiro “Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL”, observa-se o Partido especialmente através de dados que demonstram seu aproveitamento eleitoral em cidades cujas características denotam tendência ao voto governista, justificando assim a sua inserção na região Nordeste e a consolidação do seu berço político nesta região.

Por fim, no último capítulo, explora-se, através da obra de Mayer, a decadência do Partido, cuja principal motivação reside no seu distanciamento do partido de governo depois de 2002 e na mudança de sua legenda.

2 A FUNDAÇÃO E REFUNDAÇÃO DO PFL

O Partido da Frente Liberal (doravante PFL) surge em meio à turbulenta fase final do governo de João Figueiredo, último presidente militar do regime de 1964 – 1985.

Em seu último ano de governo, João Figueiredo observa seu partido, o Partido Democrático Social¹ – doravante PDS -, imerso na questão de sua sucessão, tanto com civis quanto com militares disputando o apoio para a vaga presidencial. No entanto, se surgiam nomes e perfis diferentes, também surgia o difícil consenso entre as lideranças em relação ao tema.

Lançado no dia 19 de dezembro de 1985, o PFL nasceu como uma articulação de ex-pedessistas que, se afastava assim, da legenda dominada por Paulo Maluf, para apoiar a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.

Os principais organizadores do novo partido foram o, então vice-presidente Aureliano Chaves e o governador de Pernambuco Marco Maciel, que viria a se tornar seu presidente, recebendo o imediato apoio de Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, respectivamente, ex-caciques políticos do PDS de Santa Catarina e Alagoas e dos então governadores nordestinos Roberto Magalhães, de Pernambuco, Gonzaga Mota, do Ceará, e José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte. (CAVICCHINI, 1989, p. 149).

Tais nomes derivam do processo crescente de engajamento malufista que o PDS enfrentava, como observa Corbellini:

Em 4 de fevereiro de 1983, na cidade de Porto Alegre, o presidente João Figueiredo e o ex-presidente Ernesto Geisel se reuniram para discutir a sucessão presidencial e destacaram dois nomes como candidatos oficiais do governo: Mário Andreazza e Paulo Maluf. Pouco mais de um ano depois, em 6 de julho de 1984, os dois voltaram a se reunir em Brasília. Mário Andreazza e Maluf eram justamente os dois candidatos que disputavam a convenção do PDS. No encontro, Figueiredo teria mostrado a Geisel que desistira de coordenar a sua própria sucessão e que “o problema agora era de exclusiva competência do PDS” (CORRÊA, 2001, p.33). Poucos dias depois, em 10 de julho, seria o vice-presidente Aureliano Chaves quem se encontraria com Geisel. Na saída, Aureliano admitiria pela primeira vez a possibilidade de apoiar Tancredo Neves. A Aliança Democrática foi selada em 14 de julho, no Palácio Jaburu, em um encontro no qual estavam representando a Frente Liberal o vice-presidente Aureliano Chaves e os senadores José Sarney, João Calmon, Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Guilherme Palmeira. Somava-se a eles o ainda pedessista dissidente Wellington Moreira Franco. (CORBELLINI, 2005, p. 149).

¹ Formado em 1980 a partir de uma dissidência do bloco da ARENA e extinto em 1993 em fusão com o PDC (Partido Democrata Cristão) para a criação do Partido Progressista Reformador, hoje somente chamado de Partido Progressista.

Tais movimentos de apoio à candidatura de Tancredo Neves e à criação da Aliança Democrática (entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e a então Frente Liberal do PDS) dão, então, vontade de origem a um novo partido, este chamado de Partido da Frente Liberal, como visto antes.

O PFL, recém-fundado, esteve presente em comícios de apoio ao presidencial Tancredo Neves, colocando-se desde seu nascimento ao lado do governo. Assim, “a vitória de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral do Congresso, faria do partido um coparticipante do governo, assumindo alguns importantes Ministérios como o de Minas e Energia, Relações Exteriores, Casa Civil e Educação” (CAVICCHINI, 1989, p. 149).

Já nos idos de 1985, em sua primeira eleição, o Partido começa a notar a ausência de bases de sustentação e de credibilidade (CAVICCHINI, 1989, p. 149) entre os integrantes do partido, causando resultados parcos entre as capitais nas eleições para prefeito e vereadores, dando o único resultado positivo para São Paulo, onde seriam mais numerosos os votos para o Partido, coligado então com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que viria a eleger como prefeito Jânio Quadros.

Já em 1986, o partido assiste o esvaziamento de suas urnas causado pelo Plano Cruzado e a sua imagem atrelada ao governo de José Sarney do PMDB. Neste ano, o partido alcançou a vitória apenas em Sergipe, e ainda teve de assistir ao PMDB alcançando a maior parte das cadeiras na Assembleia Nacional Constituinte (CAVICCHINI, 1989, p. 149).

Por outro lado, em 1988 as eleições municipais assegurariam

o crescimento do partido, embora ainda tímido. Sua principal vitória eleitoral se deu em Recife, com a eleição de Joaquim Francisco. Com a eleição de Joaquim Francisco, montado no discurso de competência administrativa (já foi prefeito nomeado de Recife) e de oposição ao governo. Venceram, também: em Maceió, Guilherme Palmeiras, Senado e um dos principais articuladores do partido; em João Pessoa, Wilson Braga, que parece já ter cooptado com a candidatura de Brizola; e em Cuiabá, Frederico Campos (CAVICCHINI, 1989, p. 149).

Nas eleições de 1989 o partido cria a chapa de Aureliano Chaves com o vice Cláudio Lembo para concorrer às eleições presidenciais (candidatura que é abandonada para declarar apoio a Fernando Collor de Mello) do ano em que Collor, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) sobe ao cargo, tendo como adversário Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno.

Enquanto era presidente, o Partido foi da base de apoio de Collor até que as denúncias de irregularidades fossem noticiadas e investigadas pelo Congresso. Em 1992, o PFL rompe com o presidente para se conectar com os movimentos civis que davam ordens de Impeachment. Com Itamar Franco assumindo o cargo, o Partido volta-se ao espectro de apoio ao executivo federal, lugar do qual só iria sair com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Tanto nas eleições de 1994 quanto nas de 1998 para presidência, o partido manteve-se na base coligada do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que iria levar ao poder por dois mandatos Fernando Henrique Cardoso sem, portanto, lançar qualquer candidatura, mas ainda alcançando mais de 80 cadeiras da Câmara dos Deputados no pleito de 1994 e mais de 100 no pleito de 1998. Isto faz do partido *public-office seeking*, ou seja, uma organização partidária marcada pela busca pela ocupação de cargos (MAYER, 2012, p. 3).

Contudo, com a vitória da oposição nas eleições de 2002, o Partido, que até então nunca tinha se visto no espectro da oposição, elege 80 deputados federais no pleito que elegeria Lula. Ainda neste ano o partido rompe sua aliança nacional com o PSDB, mas não consegue lançar outro candidato à presidência (MAYER, 2012. p. 8).

Isto é explicado, ao menos em parte, pelo “crescimento de dois partidos (PSDB e PT) que viriam a polarizar o cenário brasileiro na década de 1990 e início do século XXI” (MAYER, 2012, p. 5) e, por outro lado, pela frequente e crescente troca de parlamentares de partidos políticos, fato que só teve fim com a Lei da Fidelidade Partidária, de 2007.

Segundo Mayer, a entrada do partido na oposição que se instala com a chegada do PT no governo federal e com o fim da aliança com o PSDB

[...] expõe as fraquezas organizacionais da legenda. Estruturalmente o PFL optou por construir uma organização com baixo grau de complexidade e centrada em suas lideranças regionais, estas, por sua vez, dominam os partidos em suas localidades, causando dificuldades para renovação de seus quadros.

O partido também depende de seus membros para financiar as campanhas eleitorais e dos subsídios estatais para a manutenção de suas atividades. Não é exagero considerar p PFL um misto de partido de quadros² no sentido de Durverger (1970) de um partido com frágil inserção social e dependente de seus membros "ilustres" para sobreviver com o partido cartel de Katz & Mair (1997, 2009) ao também depender das subvenções estatais (MAYER, 2012, p. 8).

Em decorrência deste declínio, o Partido, em convenção nacional no dia 28 de março de 2007, aprovou com unanimidade a substituição de seu nome. Assim se dava o fim do PFL e o começo do Democratas (DEM) (RIBEIRO, 2012, p.4).

Esta troca de legenda, contudo, não se limita, para a própria cúpula do DEM, a uma simples troca de sigla. É uma tentativa de, sobretudo, refundar o partido, que desde 2002 havia perdido seu espaço então cada vez maior e cada vez mais aparente solidificado na política nacional.

Desta forma, a troca da legenda se dá a fim de posicioná-la no novo mercado político do país e para, principalmente, dar-lhe nova identidade junto ao eleitor (RIBEIRO, 2012, p.4), que antes fora principalmente aquele sertanejo nordestino e que agora se vê mais alinhado com o PT e seus programas sociais de assistência a ele, tais como o Luz Fraterna e o Bolsa Família, que o reposicionam no mercado eleitoral e que, principalmente, dão a ele a autonomia decisória.

O então presidente do partido, Jorge Bornhausen, em documento que data de 2007 durante a convenção nacional, revela

² Os "partidos de quadros" são aqueles que dão ênfase na representação individual. Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe granjearão votos; a seguir, pessoas ilustres como técnicos que conhecem a arte de manejar os eleitores e de organizar uma campanha; enfim pessoas notáveis financeiramente, que contribuem com o fator essencial: o dinheiro. Aqui, a qualidade importante mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade técnica, importância da fortuna. (disponível em <http://www.idj.com.br/noticias/noticia.asp?id=6>. Acessado em 12/02/2015.)

O PFL foi criado em sintonia com o sentimento do povo brasileiro pela democracia e sua história “esteve e deve continuar associada ao compromisso da mudança. (...) Não basta que a história e os compromissos com a mudança tenham sido a marca da trajetória partidária. É necessário que a imagem do partido deva ser percebida pela opinião pública. (...) A sintonia com o desejo de mudança na sociedade brasileira e a imagem dela decorrente exige o reposicionamento do PFL que significa um processo natural e necessário de atualização de nosso ideário e a consequente renovação do compromisso original de mudança dentro do quadro democrático e frente aos novos desafios da sociedade brasileira (PFL apud RIBEIRO, 2012, p.5).

A troca de nome, como deixa claro o presidente do partido, revela uma vontade de mudança de identidade, conferindo a ele uma nova roupagem desassociada do regime militar e da ARENA, cuja lembrança ainda se fazia marcante pelos quadros do partido e, principalmente, pelo eleitorado das grandes cidades. A substituição da marca PFL, embora tenha sido aventada desde os idos do ano 2000, consolidou-se apenas em 2007 com a contribuição de uma empresa de pesquisa, a MCI, presidida então por Antônio Lavareda, cujo resultado apontara que a sigla era pouco conhecida pelo eleitorado e, ainda assim, conforme dito, associada à direita conservadora (RIBEIRO, 2012, p. 5).

A pesquisa feita pela empresa apontou ainda que somente 23% do eleitorado sabia o que significava a sigla da legenda, enquanto 64% das pessoas ouvidas apontava corretamente o que significa o nome do PT (RIBEIRO, 2012, p. 7), o que deixa clara a impopularidade do partido frente à polarização que começa a ficar acentuada nesta época entre o PSDB e o PT no âmbito nacional, bem como sobre o crescimento do PT onde antes era o berço político do PFL. Como afirma MAYER,

A própria mudança de nome ocorre em 2007 logo após o fracasso nas eleições de 2006 e segundo suas lideranças foi uma estratégia para tentar refundar o partido atraindo novos membros e também se posicionar politicamente, pois o partido ficou marcado mais como um aliado do PSDB do que um partido com identidade própria. Essa mudança, porém, afetou ainda mais o partido, pois perdeu – o pouco – de identidade que possuía (MAYER, 2012, p. 8).

E como afirma LAVAREDA,

“inevitavelmente declinaria no seu mercado tradicional, nos grotões do Nordeste, nas regiões menos desenvolvidas. (...) Sentiam isso a partir do avanço do Bolsa Família, do PT e dos partidos aliados ao PT nesses segmentos. Então havia de se fazer um trade-off entre essa fonte tradicional de votos do partido, que estava inevitável e progressivamente sendo tomada pelos principais adversários do PFL, havia que se compensar esse declínio avançando no eleitorado dos centros urbanos grandes e médios. Para isso foi necessário o reposicionamento do partido, do ponto de vista do ideário e da imagem” (LAVAREDA apud RIBEIRO, 2012, p. 11).

A mudança do nome também foi amplamente comentada pela imprensa³, retratado como algo que pudesse “mais prejudicar do que contribuir para o reposicionamento partidário” (MCI apud RIBEIRO, 2012, p. 8) da legenda, fato que viria a ser confirmado nos anos seguintes, dado o desempenho eleitoral do partido.

2.1 A INSERÇÃO NO NORDESTE

De forma paradoxal, a presença marcante de um partido liberal nos grotões mais pobres de um país mostra a força política que o PFL conquistara na região Nordeste ao longo de sua trajetória. Isto se revela na figura do político clássico e marcante em suas lideranças – onde se destaca Antonio Carlos Magalhães, por três vezes governador do Estado da Bahia – e em práticas clientelistas que misturam-se com a

Capacidade de arcar com os custos políticos típicos da condição de governo, que indica uma maior “imunidade eleitoral” a esses eventos, ou seja, uma fidelidade maior de suas bases eleitorais, que pode ser obtida tanto através da defesa de valores e ideias, como através de expedientes clientelistas, como é a relação do PFL com uma parcela muito expressiva do seu eleitorado no Nordeste do país ([...] essa movimentação competente do PFL na parte arcaica e patrimonialista da política está, paradoxalmente, relacionada com o seu sucesso como moderno partido de governo). (CORBELLINI, 2005, p.83).

³ “O PFL, agora Democratas” <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pfl-agora-democratas/>; “PFL muda de nome e elege Rodrigo Maia como novo presidente do partido” <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90636.shtml>; “PFL vira ‘Democratas’” <http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL887536-16021,00-PFL+VIRA+DEMOCRATAS.html>. Acessados em 14/02/2015.

Além de tais práticas, observa-se ainda que, historicamente, fora mesmo o apoio dos políticos nordestinos que ingressaram no PDS que mostrou-se fundamental para que fosse dada a vitória à Tancredo Neves no colégio eleitoral de 1985, fortalecendo o caráter da região de ser esta um centro de apoio governista e, sobretudo, “o território em que o partido demonstra grande capacidade de controle sobre bases eleitorais.” (CORBELLINI, 2005, p. 100).

Tal força manifestada nesta eleição é transposta para a forma de governar do partido que

Em momentos de crise ou do encaminhamento de defesa de projetos impopulares decorre da condição de ser um partido identificado com o governo. Grande parte da base eleitoral do partido, situada nas regiões mais pobres do país, nas quais imperam relações de caráter clientelista, é mais blindada em relação às grandes questões que mobilizam a chamada “opinião pública” nas regiões Sudeste e Sul. Ao mesmo tempo, em momentos de crise, a relação custo-benefício implícita à condição de partido de governo tende a ser mais favorável ao PFL. Nesses momentos, o apoio ao governo vale muito mais do que em condições normais e, se gera desgastes de imagem, pode também gerar acréscimos significativos em termos de benefícios governamentais. Esses benefícios valem muito para o PFL, enquanto que os “custos de imagem”, decorrentes de estar colado a Sarney ou Collor no auge da crise de seus governos, são significativamente menores para a clientela do PFL do que o são diante da clientela de outros partidos políticos. Esse [...] é o elo a partir do qual o PFL retira forças do “velho Brasil”, arcaico e clientelista. (CORBELLINI, 2005, p. 102).

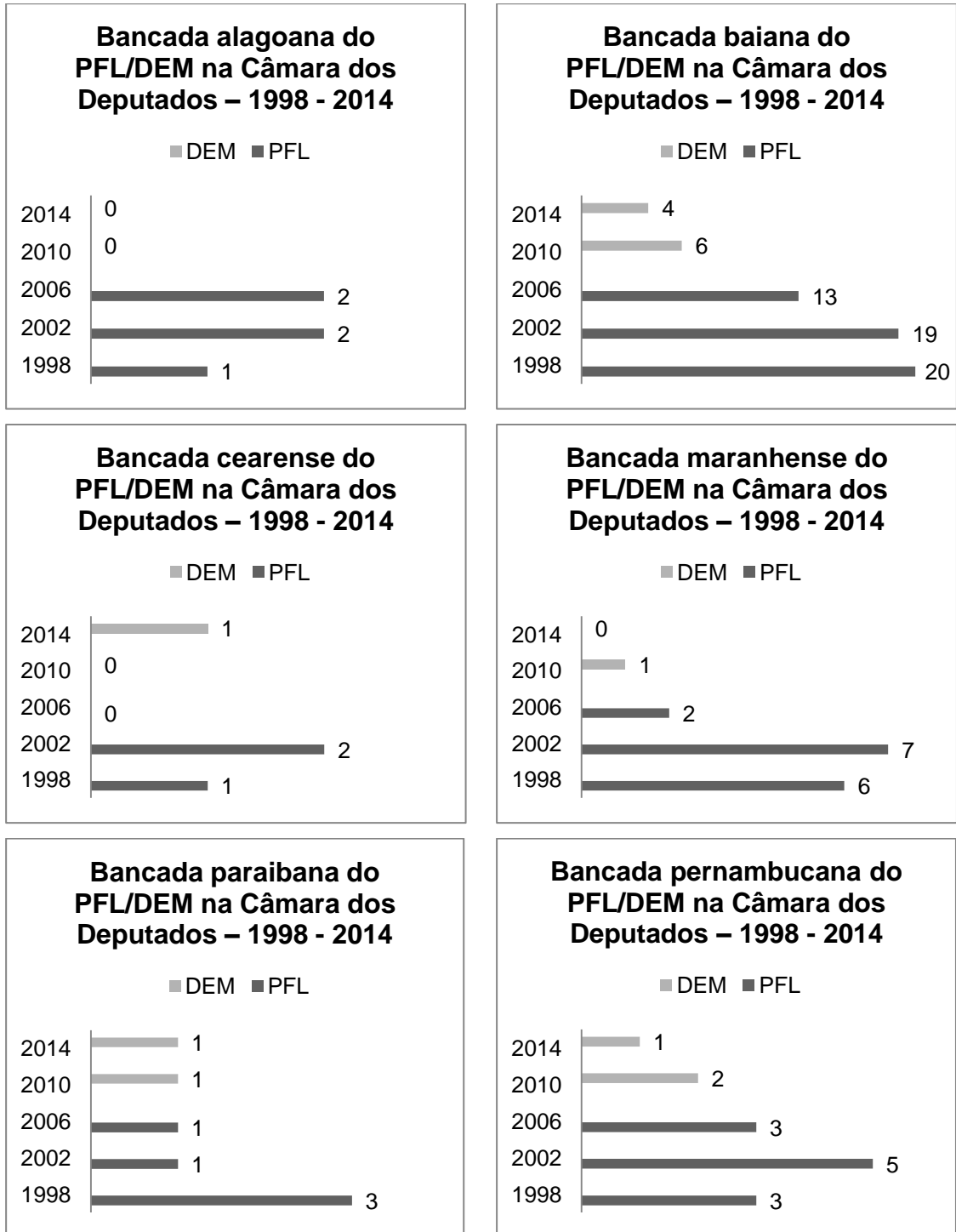
É a partir desta análise que se nota a capacidade do PFL em lidar com os recursos de um Brasil arcaico e patrimonialista e ainda manter algum capital político e eleitoral com um comportamento moderno e eficiente de um partido de governo, que o toma como um parceiro confiável e preferencial (CORBELLINI, 2005, p. 103).

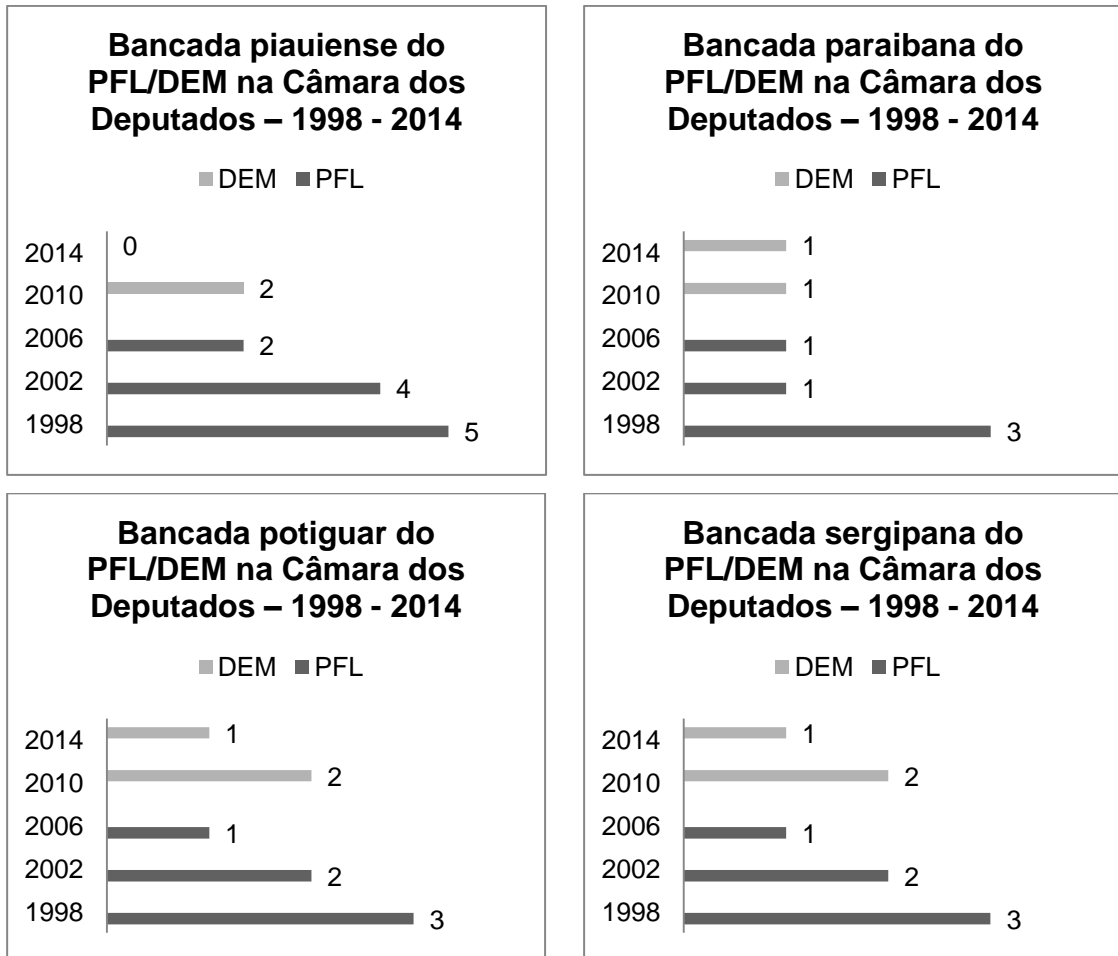
Conforme os gráficos de desempenho eleitoral demonstram, é evidente o suporte e desempenho do partido no Nordeste, em especial no estado baiano, até a chegada do PT ao poder, onde, por meio de suas políticas de assistência pública efetiva, que destoavam do assistencialismo clientelista pefelista, acaba por ali formar seu principal reduto político.

Os dados abaixo dispostos revelam um comportamento que confirma a hipótese antes levantada sobre a disposição do eleitorado após o PT alcançar o executivo federal, o que também culmina com a troca de nome do PFL para Democratas (DEM) e com o possível esgotamento por ele enfrentado na região Nordeste, uma vez que a novidade agora apresentada através das políticas públicas de distribuição de renda do novo governo desestabilizam, como outrora fora

comentado, a política clientelista e arcaica de uma região que pode, agora, ascender socialmente sem que dependa exclusivamente das benesses de governantes.

Gráfico 1 – Bancada nordestina do PFL/DEM na Câmara dos Deputados – 1998 - 2014





Fonte: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>

A inédita distância do Partido do executivo federal e a sua debilidade organizacional também acabam por revelar uma importante característica do PFL: a dependência do governo. Isto se constata a partir da análise dos dados acima dispostos, que demonstram seu encolhimento em seu berço político a partir de 2002, ano da primeira eleição de Lula e pleito que marca também a maior migração partidária por parte de seus deputados federais.

Tabela 1 – Deputados federais eleitos e que deixaram o PFL na região Nordeste – 2003 - 2007

	2003			2007		
	Eleitos	Saíram	%	Eleitos	Saíram	%
NORDESTE	44	20	45%	27	7	26%
Alagoas	2	1	50%	2	1	50%
Bahia	19	6	32%	13	5	38%
Ceará	2	2	100%	0	0	0%
Maranhão	7	5	71%	2	0	0%
Paraíba	1	1	100%	1	1	100%
Pernambuco	5	2	40%	3	0	0%
Piauí	4	2	50%	2	0	0%
R. G. do Norte	2	1	50%	1	0	0%
Sergipe	2	0	0%	3	0	0%

Fonte: RIBEIRO (2012)

Segundo Ribeiro,

Em valores absolutos, a Bahia concentrou o maior número de deputados federais pefelistas migrantes. Foram seis na legislatura de 2003 e outros cinco entre 2007 e 2009. Em segundo lugar ficou o Maranhão. Em termos regionais, o Nordeste contribuiu com o maior número de dissidentes: 27, sendo 20 na legislatura de 2003 e 7 na legislatura de 2007. (RIBEIRO, 2012, p. 17).

Em termos nacionais, ainda vale mencionar que, na legislatura de 2003, 92% dos deputados que deixaram o PFL se transferiram para legendas aliadas ou próximas ao governo de Lula. Já em 2007, todos os deputados que deixaram o Partido se filiaram ao governo Lula (RIBEIRO, 2012, p. 16).

Tais dados não revelam somente a crise de um partido governista em sua passagem para a oposição mas, sobretudo, a crise de um partido desorganizado, estruturado em frágeis lideranças locais e justamente por isto, de difícil renovação de seus quadros políticos.

3 GOVERNISMO

O berço político do PFL sempre fora o Nordeste, sobretudo os municípios tendentemente governistas. Segundo Ribeiro (2012, p. 17), tais municípios apresentam as seguintes características:

- 1) Estão localizados principalmente no Nordeste;
- 2) São pequenos e pouco desenvolvidos;
- 3) Sua economia depende do setor público.

Estas características podem ser observadas em resultados eleitorais destas localidades quando associadas ao IDH e ao PIB, revelando, assim, a tendência ao voto de governo.

Conforme aponta a tabela apresentada a seguir, os dados revelam o comportamento eleitoral nas eleições para prefeito nos anos de 2000, 2004 e 2008.

Na primeira coluna são apresentados os resultados gerais, isto é, considerando-se o total de municípios para os quais foi possível encontrar os dados selecionados. Na segunda coluna, foram destacados apenas os municípios com menos de 20 mil habitantes. Na terceira, os municípios localizados no Nordeste. Na quarta, os municípios de IDH baixo, assim definidos como os que possuíam IDH abaixo da média um desvio padrão (IDH menor do que 0,616). Na quinta coluna, estão contemplados os municípios de maior relação entre a contribuição da administração pública para o PIB municipal (APU) e o valor total do próprio PIB do município (APU/PIB). Neste caso, foram selecionados os municípios com APU/PIB superior a 0,403 (média mais um desvio padrão calculados a partir da série completa). (RIBEIRO, 2012, p. 20).

É relevante mencionar que

No contexto nacional, notadamente em relação às duas últimas características, de fato não são muito relevantes. Os municípios com menos de 20 mil habitantes abrigam 19,9% de toda a população nacional. Para os de baixo IDH e elevada APU/PIB, o percentual cai expressivamente para 9,4% e 7,6%, respectivamente. Portanto, em termos nacionais, pode-se dizer que o controle do poder nestes municípios não é muito importante. A conclusão se altera, no entanto, se restringirmos nossa análise apenas ao Nordeste. Considerando somente as cidades nordestinas, a população dos municípios com menos de 20 mil habitantes corresponde a 25,5% do total da região. A diferença em relação à esfera nacional é ainda mais acentuada para o IDH e APU/PIB. No Nordeste, a participação sobe para 30,2% e 19,7%, respectivamente. Ou seja, no Nordeste, os municípios que possuem as características que selecionamos respondem por 20% a 30% de todo o eleitorado (assumindo que há plena correspondência entre número de habitantes e de eleitores). Não é uma parcela desprezível, nem para as disputas majoritárias, nem para as proporcionais. (RIBEIRO, 2012, p. 20).

Tabela 2 – Resultado das eleições municipais, geral e por segmentos no período de 2000 – 2008

2000										
	GERAL (I)		-20 MIL HABITANTES (II)		NORDESTE (III)		IDH BAIXO (IV)		APU/PIB ALTO (V)	
	N = 5491		N = 4006		N = 1776		N = 1132		N = 1096	
PFL	1018	18,5%	795	19,8%	439	24,7%	280	24,7%	267	24,4%
PSDB	978	17,8%	701	17,5%	288	16,2%	180	15,9%	179	16,3%
PMDB	1244	22,7%	961	24%	353	19,9%	238	21%	241	22%
PP	601	10,9%	463	11,6%	147	8,3%	108	9,5%	99	9%
PTB	396	7,2%	280	7%	128	7,2%	85	7,5%	79	7,2%
GOVERNISTAS	4237	77,2%	3200	79,9%	1355	76,3%	891	78,8%	865	78,9%
PT	186	3,4%	92	2,3%	21	1,2%	9	0,8%	17	1,6%
PDT	280	5,1%	191	4,8%	46	2,6%	35	3,1%	39	3,6%
PL	233	4,2%	167	4,2%	102	5,7%	63	5,6%	52	4,7%
PSB	133	2,4%	75	1,9%	70	3,9%	33	2,9%	45	4,1%
NÃO GOVERNISTAS	832	15,2%	525	13,1%	239	13,5%	140	12,4%	153	14%
TOTAL	5069	92,3%	3725	93%	1594	89,8%	1031	91,1%	1018	92,9%
2004										
	GERAL (I)		-20 MIL HABITANTES (II)		NORDESTE (III)		IDH BAIXO (IV)		APU/PIB ALTO (V)	
	N = 5491		N = 3934		N = 1776		N = 1133		N = 1095	
PT	407	7,4%	258	6,4%	65	3,7%	49	4,3%	54	4,9%
PDT	302	5,5%	217	5,4%	46	2,6%	37	3,3%	41	3,7%
PSB	173	3,2%	118	2,9%	106	6%	64	5,7%	77	7%
PMDB	1041	19%	780	19,5%	353	19,9%	175	15,5%	162	14,8%
PP	538	9,8%	409	10,2%	122	6,9%	69	6,1%	69	6,3%
PL	376	6,8%	278	6,9%	102	5,7%	100	8,8%	100	9,1%
PTB	419	7,6%	303	7,6%	132	7,4%	96	8,5%	91	8,3%
GOVERNISTAS	3256	59,3%	2363	59%	926	52,1%	590	52,1%	594	54,2%
PFL	782	14,2%	594	14,8%	411	23,1%	248	21,9%	222	20,3%
PSDB	867	15,8%	602	15%	323	13,1%	148	13,1%	154	14,1%
NÃO GOVERNISTAS	1649	30%	1196	29,9%	643	36,2%	396	35%	376	34,3%
TOTAL	4905	89,3%	3559	88,8%	1569	88,3%	986	87,1%	970	88,5%
2008										
	GERAL (I)		-20 MIL HABITANTES (II)		NORDESTE (III)		IDH BAIXO (IV)		APU/PIB ALTO (V)	
	N = 5488		N = 3869		N = 1774		N = 1131		N = 1094	
PT	552	10,1%	338	8,4%	134	7,5%	87	7,7%	83	7,6%
PDT	347	6,3%	230	5,7%	124	7%	88	7,8%	56	5,1%
PSB	309	5,6%	213	5,3%	205	11,5%	108	9,5%	120	10,9%
PMDB	1182	21,5%	864	21,6%	331	18,6%	207	18,3%	203	18,5%
PP	538	9,8%	410	10,2%	118	6,6%	84	7,4%	85	7,8%
PL/PR	376	6,8%	277	6,9%	124	7%	88	7,8%	102	9,3%
PTB	407	7,4%	297	7,4%	180	10,1%	122	10,8%	118	10,8%
GOVERNISTAS	3711	67,6%	2629	65,6%	1216	68,5%	784	69,3%	767	70%
DEM	491	8,9%	365	9,1%	155	8,7%	93	8,2%	98	8,9%
PSDB	798	14,5%	550	13,7%	197	11,1%	131	11,6%	131	12%
NÃO GOVERNISTAS	1289	23,5%	915	22,8%	352	19,8%	224	19,8%	229	20,9%
TOTAL	5000	91,1%	3544	88,5%	1568	88,3%	1008	89%	996	90,9%

(RIBEIRO, 2012, p. 21)

A partir destes dados nota-se que o desempenho do partido nas eleições de 2000 e 2004 é melhor nos municípios potencialmente governistas, segundo as características antes mencionadas.

No pleito de 2000 o PFL elegeu 18,5% dos prefeitos de todas as cidades do país. Já entre os municípios com menos de 20 mil habitantes, 19,8% das prefeituras disputadas foram conquistadas pelo Partido. Já no Nordeste, conseguiu eleger 24,7% do total de prefeitos e nas cidades com IDH baixo, 24,7%, enquanto nas cidades com APU elevado, 24,4%.

Já nos idos de 2008, como DEM, o resultado das eleições municipais revelaram a progressão da tendência que se apresentava desde 2004: a de queda acentuada no número de prefeitos eleitos pelo Partido. Em seu berço político – as cidades menos desenvolvidas e mais dependentes do setor público do Nordeste – o Partido apresenta uma queda de 16% em relação ao pleito de 2000. Já em relação a 2004, de 14,4%.

Observando agora os dados resultantes da análise de desempenho relativo dos partidos nas eleições municipais dos mesmos anos anteriormente analisados, revela-se a mesma tendência antes destacada: melhor desempenho do partido em cidades com viés governista.

Assim, o critério analítico mostra-se da seguinte maneira: onde o índice⁴ for maior ou igual a 1, aponta uniformidade no desempenho partidário, já onde o índice apontar número menor de 1, ocorre o movimento inverso.

⁴ Os números da coluna I da Tabela 3 foram obtidos através da divisão dos números da coluna II pelos números da coluna I da Tabela 2. Os números da coluna II foram obtidos através da divisão dos números da coluna III pelos números da coluna I da Tabela 2 e assim sucessivamente.

Tabela 3 – Desempenho relativo dos partidos nas eleições municipais no período de 2000 – 2008

2000				
	-20 MIL HABITANTES (I)	NORDESTE (II)	IDH BAIXO (III)	APU/PIB ALTO (IV)
PFL	1,07	1,33	1,33	1,31
PSDB	0,98	0,91	0,89	0,92
PMDB	1,06	0,88	0,93	0,97
PP	1,06	0,76	0,87	0,83
PTB	0,97	1,00	1,04	1,00
GOVERNISTAS	1,04	0,99	1,02	1,02
PT	0,68	0,35	0,23	0,46
PDT	0,94	0,51	0,61	0,70
PL	0,98	1,35	1,31	1,12
PSB	0,77	1,63	1,20	1,70
NÃO GOVERNISTAS	0,86	0,89	0,82	0,92
2004				
	-20 MIL HABITANTES (I)	NORDESTE (II)	IDH BAIXO (III)	APU/PIB ALTO (IV)
PT	0,87	0,49	0,58	0,66
PDT	0,98	0,47	0,59	0,68
PSB	0,93	1,89	1,79	2,23
PMDB	1,03	1,05	0,82	0,78
PP	1,04	0,70	0,62	0,64
PL	1,01	0,84	1,29	1,33
PTB	0,99	0,97	1,11	1,09
GOVERNISTAS	0,99	0,88	0,88	0,91
PFL	1,04	1,62	1,54	1,42
PSDB	0,95	0,83	0,83	0,89
NÃO GOVERNISTAS	0,99	1,21	1,16	1,14
2000				
	-20 MIL HABITANTES (I)	NORDESTE (II)	IDH BAIXO (III)	APU/PIB ALTO (IV)
PT	0,84	0,75	0,76	0,75
PDT	0,91	1,10	1,23	0,81
PSB	0,94	2,05	1,70	1,95
PMDB	1,00	0,87	0,85	0,86
PP	1,04	0,68	0,76	0,79
PL/PR	1,01	1,02	1,14	1,36
PTB	1,00	1,37	1,45	1,45
GOVERNISTAS	0,97	1,01	1,02	1,04
DEM	1,02	0,98	0,92	1,00
PSDB	0,94	0,76	0,80	0,82
NÃO GOVERNISTAS	0,97	0,84	0,84	0,89

(RIBEIRO, 2012, p. 22)

Diante de tais dados, observa-se que a uniformidade nos resultados das eleições de 2000 e 2004 aponta, segundo as características apresentadas antes, a força política do Partido em cidades em que o governismo aparece como ingrediente das características do jogo político do município. Contudo, no pleito de 2008, já se vislumbra a decadência do antigo PFL, então o recém-formado DEM, justamente em seu antigo reduto político. Conforme Ribeiro ainda aponta,

[...] demonstra que o partido, oito anos após ter ser afastado do poder, enfraqueceu-se especialmente em sua tradicional base política, composta pelos municípios nordestinos, pouco desenvolvidos e dependentes do setor público. A queda de rendimento foi generalizada. Porém, foi mais aguda justamente onde o partido era, até então, mais forte. (RIBEIRO, 2012, p. 23).

Contudo, os mesmos dados ainda apontam que a tendência de voto dos municípios de viés governista que Ribeiro analisa não sustentaram a eleição nem do PT e nem do PSDB. Segundo o autor, isto se explica através da gênese de ambos os partidos, que se “desenvolveram tendo como principal base a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo.” (RIBEIRO, 2012, p. 23).

Ainda em relação ao PT e ao PSDB, nota-se nos pleitos de 2004 e 2008 que o primeiro aproximou-se de 1, enquanto o segundo afastou-se do mesmo índice. Isto se deve tanto à dependência do setor público de tais municípios quanto à popularidade dos programas sociais lançados pelo primeiro partido.

Tais políticas públicas – de valorização do salário mínimo e aumento real do mesmo, Bolsa Família e crédito consignado – foram importantes para que o PT e Lula se popularizassem na região Nordeste, deixando, evidentemente, o partido que, até então, tinha a localidade como seu berço, distante de seu eleitorado.

A esta distância, como veremos a seguir, também se deve a mudança de nome do Partido e o rompimento com o último governo de Fernando Henrique Cardoso, este promovido pelo então líder político do estado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Além disto, a forte associação com a sua gênese, a ARENA, permanece de forma indissolúvel nas características do Partido, tomando, assim, parte de sua imagem nos grandes centros urbanos.

4 O DECLÍNIO POLÍTICO

O declínio político antes observado, dada a polarização entre PSDB e PT e com a associação ainda marcante do partido com a ARENA, permanece como espectro do DEM e, tal como fora apontado antes pela empresa de pesquisa MCI, a mudança de nome não seria eficaz.

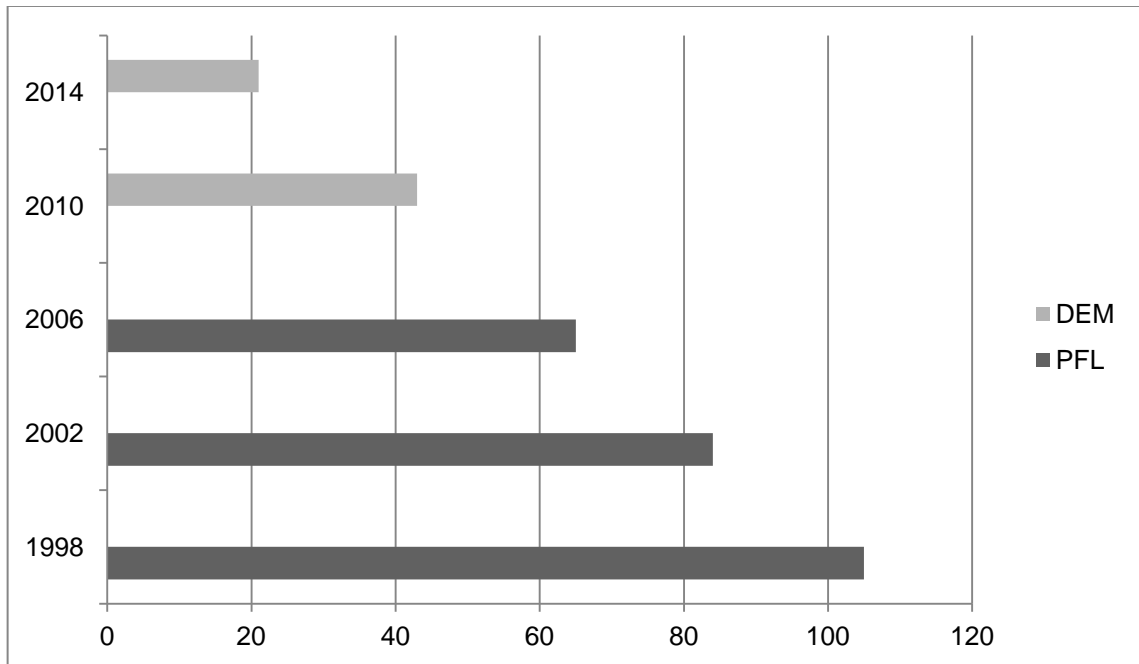
É o que mostra os dados eleitorais do ano de 2010, primeiro ano de eleições nacionais do partido com o novo nome.

Na primeira eleição nacional como Democratas o partido consegue o pior desempenho de sua história, elegendo um pouco mais de quarenta deputados (43 no total). O partido mesmo contando com os recursos governamentais se encontrava em declínio, no momento que se vê sem esses recursos e sem uma base sólida, a decadência se acentua alterando o status da legenda, de um dos maiores partidos do país para um partido mediano.

No Senado, essa tendência não havia sido notada, pois o partido em 2002 atinge seu melhor desempenho, porém, essa situação não se mantém. (MAYER, 2012, p. 9).

E assim também aponta o gráfico:

Gráfico 2 – Deputados federais eleitos pelo PFL-DEM no período de 1998 – 2014



Fonte: Câmara dos Deputados⁵.

O gráfico 1 demonstra que o melhor desempenho do partido (na época o que tinha maior número na Câmara) ocorre enquanto era aliado ao governo. Nos anos seguintes, com a ascensão do PT e crescimento de legendas, o Partido lança-se ao ocaso, ganhando nas últimas eleições apenas 21 das 513 cadeiras da casa, seu pior resultado desde a fundação e desde a mudança de nome.

Tais dados, contudo, não refletem apenas o declínio partidário mas, sobretudo, conforme foi apontado antes, a ascensão de outros partidos que ganharam espaço na política brasileira com a eleição do Partido dos Trabalhadores, em 2002, dando novo significado à agenda de programas sociais e à forma de executar o jogo político.

Segundo MAYER,

O declínio do partido enquanto organização eleitoral se deu antes de sua saída do governo, devido ao crescimento de novos atores (e a permanência do PMDB como um ator importante na política brasileira), mas após 2002 este se acentua e atinge suas bases locais, com a legenda elegendo apenas uma pequena parcela de prefeitos em relação ao que possuía na década de 1990 (MAYER, 2012, p. 14).

⁵ <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>
Acessado em 14/02/2015.

O que confirma, por fim, a própria estrutura dispersa do partido, que tinha mais por finalidade conquistar postos políticos que efetivamente participar da política sem que haja uma plena identidade própria, o que reduz a sua capacidade de ganhar membros e aumenta, por fim, o deslocamento partidário, implicando em seu encolhimento em termos numéricos e, portanto, representativos (MAYER, 2012, p. 13).

5 CONCLUSÃO

Foi de forma pouco surpresa a recepção da imprensa à notícia de que o PFL mudaria de nome. Isto se deve a uma interpretação de que poderia ser apenas uma “jogada de marketing”, a fim de desembaraçar a história de um Partido frequentemente associado à ARENA e ao seu apoio ao regime militar.

Como na época, com sua imagem desgastada e, segundo a pesquisa da MCI levantada por Lavareda, negativa, restava ao PFL a mudança ou o assistir de sua própria definha, o que confirma, portanto, a “jogada de marketing” do Partido. E é justamente por esta causa que esta pesquisa tem início.

Nela, através dos trabalhos dos autores citados, foi possível verificar os meandros desta motivação inicial para a troca de identidade do Partido que já foi um dos maiores e mais importantes do país. Foi possível verificar a decadência dos seus resultados a partir dos números coletados por Ribeiro e da Câmara, que denunciavam, sobretudo, a sua falta de organização em seu principal reduto político, fato motivado pela tendência do Partido de fixar-se em lideranças históricas, o que dificultava, portanto, a renovação de seus quadros. E ainda pôde-se verificar a correlação de sua decadência com a ascensão do Partido dos Trabalhadores, de seus programas sociais e de valorização do salário mínimo, fato que atingiu, sobretudo, as cidades de características governistas em que o PFL sempre encontrou seu suporte político.

A história do Democratas ainda encontra-se nebulosa. Notícias de uma possível associação ao PTB foram vistas nos últimos meses, algo que decretaria, por fim, a definha em praça pública que hoje é a marca do Partido.

REFERÊNCIAS

CAVICCHINI, Alexis. **Radiografia do Poder**. São Paulo: Ed Tama, 1989.

CORBELLINI, Juliano. **O poder como vocação: o PFL na política brasileira (1984 – 2002)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MAYER, Rodrigo. **De PFL para Democratas: o ocaso político fora do governo**. Artigo (Doutorando em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. **Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL**. Artigo – Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.